

Presencial ou EaD?

O panorama da formação superior em educação física na região do Vale do Ivaí, Paraná

Face-to-face or e-learning?

The panorama of higher education in Physical Education in the Ivaí Valley Region, Paraná

 João Pedro Ribeiro Demarco¹  Eduard Angelo Bendrath²

¹ Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Brasil

² Universidade Estadual de Maringá (UEM), Ivaiporã, Brasil

HISTÓRICO DO ARTIGO

Recebido: 31 março 2023

Revisado: 12 maio 2023

Aprovado: 17 maio 2023

PALAVRAS-CHAVE:

Educação Física; Formação Profissional; Ensino Superior.

KEYWORDS:

Physical Education; Professional Training; Universities.

PUBLICADO:

25 maio 2023

RESUMO

INTRODUÇÃO: A expansão do ensino superior no país na última década foi especialmente ancorada em políticas de incentivo à modalidade à distância e com forte presença de grandes grupos educacionais, o que inclui também nesse contexto os cursos de Educação Física e todas as suas especificidades.

OBJETIVO: Analisar como a formação em Educação Física na região do Vale do Ivaí, PR, vem sendo concebida em termos estruturais de oferta educacional.

MÉTODOS: Pesquisa de natureza documental, com levantamento de informações oficiais junto ao Ministério da Educação e nas próprias instituições sobre a oferta da formação superior da área na região analisada.

RESULTADOS: Os resultados indicaram que a natureza da formação em Educação Física na região do Vale do Ivaí acontece predominantemente a partir da modalidade à distância, ofertada por instituições privadas, sem infraestrutura para encontros presenciais, e cujos cursos possuem conceitos insatisfatórios nas avaliações do ENADE.

CONCLUSÃO: A mudança do perfil de ingresso no ensino superior a partir da sua expansão com foco em políticas de incentivo à modalidade à distância deve ser acompanhada pelos órgãos de controle não apenas a partir do princípio da democratização do acesso, mas também pelo princípio da oferta de qualidade.

ABSTRACT

BACKGROUND: The expansion of higher education in the country in the last decade, especially anchored in policies to encourage distance education and with a strong presence of large educational groups, which also includes Physical Education courses and all their specificities in this context.

OBJECTIVE: To analyze how training in Physical Education in the region of Vale do Ivaí, PR, has been conceived in structural terms of educational offer.

METHODS: Research of a documentary nature, with a survey of official information from the Ministry of Education and from the institutions themselves about the offer of higher education in the area in the analyzed region.

RESULTS: The results indicated that the nature of training in Physical Education in the Vale do Ivaí region predominantly takes place from the distance modality, offered by private institutions, without infrastructure for face-to-face meetings, and whose courses have unsatisfactory concepts in the ENADE evaluations.

CONCLUSION: The change in the profile of admission to higher education from its expansion with a focus on policies to encourage the distance modality must be accompanied by the control bodies not only from the principle of democratizing access, but also from the principle of offering quality.

INTRODUÇÃO

A expansão dos cursos superiores de Educação Física no Brasil mostra uma nova realidade de ingresso ao ensino superior por parcela significativa da população que até então não vislumbrava acesso a esse nível educacional, ao passo em que a forma como tal oferta vem sendo concebida no contexto de uma política de expansão e universalização de acesso pode ser questionada sob o prisma da qualidade da formação.

O Brasil constituiu seu modelo de universidade, sendo esse configurado a partir da perspectiva do modelo “napoleônico”, em detrimento ao modelo prussiano e anglo-saxônico (SAVIANI, 2010). Assim, compreende-se modelo napoleônico como aquele que possui a prevalência do Estado na sua máxima ingerência, em contraposição ao modelo prussiano com liberdade e autonomia da comunidade acadêmica, sendo o modelo anglo-saxônico com forte prevalência da sociedade civil na gestão universitária. Para Saviani (2010) essa posição trouxe uma divisão clara no Brasil entre “universidades de pesquisa”, basicamente públicas, elitistas e com foco no tripé ensino, pesquisa e extensão, e “universidades de ensino” que se configuram no papel de Faculdades e Centros Universitários privados, nas palavras do autor, “universidades de segunda classe e baixo custo”, que não necessitam desenvolver pesquisa e extensão e restringem-se a desenvolver o ensino de uma carreira profissional (SAVIANI, 2010, p. 11). E foi nesse último contexto que os recursos financeiros para as políticas educacionais de acesso ao ensino superior foram baseados em larga escala na última década.

Barros (2015) afirma que iniciativas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), o aumento da oferta de cursos superiores a distância e as políticas de cotas vêm exercendo papel importante, porém limitado na redistribuição de oportunidades no ensino superior. Em outro contexto, o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), ampliou as possibilidades de acesso ao ensino superior público com o intuito de viabilizar a expansão das vagas de graduação e pós-graduação, a criação de novos cursos e a melhoria das instalações e equipamentos.

Desde a sua criação, o REUNI foi responsável por um significativo aumento no número de vagas oferecidas pelas universidades federais brasileiras, bem como na criação de novos cursos e na melhoria da infraestrutura e dos equipamentos das instituições. No entanto, o programa também foi alvo de críticas, principalmente relacionadas à forma como os recursos foram distribuídos e utilizados, e à falta de acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados o que contribuiu para discursos pró-mercado com base em argumentos de má gestão e ineficiência pública.

A questão da expansão dos cursos superiores acabou trazendo uma nova divisão na formação: a dos cursos presenciais versus cursos à distância. Especialmente no campo da licenciatura, mas também adentrando no campo do bacharelado, a multiplicação de oferta de polos de Educação à Distância (EaD) de cursos de Educação Física tornou-se uma realidade em todo o Brasil e especialmente em centros urbanos já consolidados em termos de oferta

de cursos presenciais. Estudo de Bendrath (2014) mostrou que a concentração dos cursos de Educação Física à distância no país está centrada em poucas instituições privadas e com baixos conceitos a partir da perspectiva do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que é o sistema de avaliação criado pelo governo federal brasileiro em 2004 com o objetivo avaliar a qualidade das instituições de educação superior do país. Além disso, em sua essência, se contrapõe em relação ao propósito da educação a distância que dentre seus principais objetivos destina-se a ofertar a educação superior em localidades distantes dos centros urbanos.

A expansão da EaD na área é marcada pela esmagadora concentração em cidades do Sul e Sudeste do país e que já ofertam o curso na modalidade presencial, criando um mecanismo de “canibalização” mercantil educacional a partir das variadas formas de acesso e com valores de oferta e custo muito inferiores aos dos cursos presenciais (BENDRATH, 2014). Essa política de expansão de cursos é questionada quando abarcada a partir da perspectiva da qualidade. Afinal, existe uma expansão dos cursos superiores de Educação Física acompanhada por uma “qualidade” de formação na sua oferta? Nesse sentido a forma como o conceito de “qualidade” é debatido no ensino superior, a partir da visão da expansão de instituições e cursos nessa etapa de escolarização, é muito controverso e polêmico.

Como premissa para a compreensão desse conceito no universo da formação no ensino superior, entendemos o disposto na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que trata da criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), como um parâmetro inicial e necessário para o debate na área. O SINAES é o mecanismo oficial do governo brasileiro para avaliar e certificar quanto ao conceito de qualidade da educação superior no país, mesmo que, em muitos aspectos ele se torne controverso por mensurar tantas variáveis complexas. Mesmo assim é necessário destacar sua importância como elemento delimitador de políticas educacionais do setor.

Dessa forma, o problema central da presente pesquisa situa-se em compreender de que forma a expansão dos cursos de Educação Física na região do Vale do Ivaí está acontecendo? A escolha pela região foi feita com base em dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2023) que a posicionou como uma região paranaense que necessita de maiores recursos e investimentos públicos, especialmente em setores como educação e saúde. Não objetivamos, portanto, dicotomizar a discussão entre cursos presenciais e à distância, não adentrando nas questões prontamente pedagógicas de ambas as formações nos cursos investigados. O objetivo central foi verificar a forma como tal expansão vem ocorrendo na região tomando como base as normativas legais da regulação da área e problematizá-las à luz dos referenciais sobre a expansão do ensino superior no país e a formação em Educação Física.

MÉTODOS

A presente pesquisa pode ser caracterizada como descritiva, qualitativa, com base na análise documental. O lócus geográfico da pesquisa foi constituído a partir da região administrativa do Vale do Ivaí e englobou todos os

municípios circunscritos a ela.

Os dados primários foram obtidos por meio do sistema E-MEC onde estão coletadas informações sobre todos os cursos de graduação com processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento em vigência no Brasil, independentemente de sua constituição (público ou privado) e natureza (presencial ou à distância). A partir da característica avaliativa do SINAES pautado em três eixos de avaliação: instituições, cursos e desempenho dos estudantes, optamos por adotar esse último na pesquisa pelo entendimento que o resultado da avaliação dos estudantes (ENADE) reflete todo o trabalho de formação acadêmica que engloba diretamente o contexto dos dois primeiros indicadores como resultado final do processo.

Dessa forma as variáveis primárias observadas foram: a) Modalidade: presencial ou à distância, b) Distribuição geográfica na região analisada, c) Nota Enade, d) Diligências e Ocorrências registradas no sistema E-MEC. As variáveis secundárias foram obtidas diretamente nos documentos das instituições ofertantes, e dizem respeito ao contexto de estrutura física para a oferta do curso, sendo as variáveis analisadas: 1) Infraestrutura para desenvolvimento do curso, e 2) Precificação da oferta na região.

Os dados coletados foram agrupados em uma planilha e analisados a partir do princípio da estatística descritiva básica utilizando-se do software SPSS 22.0.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas ideias de Saviani (2010), pode-se afirmar que estamos vivendo um cenário em que diversas instituições universitárias oferecem uma ampla gama de cursos, muitas vezes em estreita relação com os mecanismos do mercado. Segundo o autor, a expansão do acesso ao ensino superior no Brasil tem sido conduzida, em grande parte, por grandes grupos educacionais, cujo objetivo principal é a valorização de suas ações na bolsa de valores. Tal cenário aponta para uma crescente comercialização do ensino superior, em detrimento do seu caráter público e do compromisso com a formação de profissionais críticos e socialmente responsáveis.

Quando observada a distribuição do crescimento de matrículas nos cursos mais procurados entre 2005 e 2009 apresentados na pesquisa de Barros (2015), é possível ver que a graduação em Educação Física já figurava entre os cursos com maiores taxas de crescimento ocupando a 9ª posição dos cursos com maiores evoluções de matrículas no período.

Estudos mais recentes como o de Broch et al (2020), mostram que as políticas de acesso ao ensino superior impactaram diretamente no número de matrículas cada vez maior nos cursos superiores de Educação Física no país. Segundo os autores, de 1995 a 2015 o número de matrículas nos cursos de Educação Física no Brasil cresceu 559% ante aos 227% médios dos demais cursos de graduação do país, indicando um crescimento exponencial acima da média. Essa tendência de crescimento pode estar associada a uma maior conscientização da sociedade a respeito da importância da prática de atividade física como forte elemento promotor da qualidade de vida, assim como também em relação às oportunidades de mercado de traba-

lho, ao qual com um entendimento plural da área, deixou de se limitar apenas ao campo escolar e das academias de ginástica. Esse contexto reflete uma realidade nacional que afeta diretamente microrregiões em diversos estados, como é o caso do Vale do Ivaí no Paraná.

O Vale do Ivaí é uma região localizada no centro-norte do Estado do Paraná e congrega 26 municípios e uma população de aproximadamente 400.000 habitantes segundo dados do IBGE (2022). Nesse universo, os dados coletados mostram que foram encontradas 78 ofertas de cursos superiores de Educação Física nessa região, sendo a sua grande maioria constituída de cursos na modalidade à distância (Tabela 1) com polos espalhados por toda a região.

Tabela 1. Modalidades de cursos de Educação Física ofertados na região do Vale do Ivaí, Paraná.

Modalidade	f (%)
Presencial	2 (2,6)
EaD	76 (97,4)
Total	78 (100,0)

Fonte: Pesquisa Autores (2023).

Pode-se constatar que em um contingente de 26 municípios há apenas a oferta de 2 cursos presenciais (2,6%), e uma grande quantidade de cursos EaD que respondem por 97,4%, de toda a oferta de acesso a essa formação superior na região analisada.

Apesar de contribuir para um aumento significativo de matrículas e, portanto, de participação no ensino superior, esse enorme potencial de mudança social demonstra claramente a importância do ensino superior no país, indicando que a ausência de políticas educacionais de ensino superior com foco na educação pública é uma lacuna muito grande na realidade dos jovens do país. Muitos estudos têm apontado para o fato que, apesar do grande potencial da educação superior à distância, ela só é benéfica se tiver qualidade, embora o conceito de qualidade seja um termo complexo e de inúmeras interpretações legais (NIELSEN, 2010; JARVIS, 2014).

De acordo com as observações de Bielschowsky (2018), a quantidade de estudantes matriculados em cursos a distância nos últimos quatro anos é parecida com o período de 2005 a 2007, quando o país estava em expansão econômica e com baixo índice de desemprego. Além disso, ambos os períodos possuem algumas semelhanças, como a tendência de um número cada vez menor de instituições de ensino superior concentrando um grande número de matrículas, e uma qualidade inadequada nos cursos a distância oferecidos por essas mesmas instituições. Estes cursos, muitas vezes, atendem a um grande número de estudantes, mas não conseguem oferecer uma educação de qualidade suficiente para atender às demandas educacionais dos estudantes.

Essa ausência de investimento público no ensino superior fica claro também no lócus regional da pesquisa quando observados os dados encontrados. Identifica-se uma grande diferença nas modalidades ofertadas, sendo apenas 2 presenciais e 76 polos EaD. Dos dois cursos presenciais encontrados, apenas um era de instituição pública. Do total de cursos ofertados na região do Vale do Ivaí, 43 (55,1%) são da modalidade Licenciatura, enquanto 35

(44,9%) são da modalidade Bacharelado.

Foi possível identificar uma clara saturação de oferta nos principais centros urbanos do Vale do Ivaí como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2. Tipo de oferta dos cursos em Educação Física no Vale do Ivaí, Paraná, por cidade.

Cidades	População	Total	EaD	Presencial	%
Apucarana	137.438	23	22	1	29,5
Ivaiporã	31.886	15	14	1	19,2
Faxinal	17.379	9	9	-	11,5
Jandaia do Sul	21.281	6	6	-	7,7
São Pedro do Ivaí	11.109	5	5	-	6,4
Borrazópolis	6.290	4	4	-	5,1
Califórnia	8.641	4	4	-	5,1
Marilândia do Sul	8.793	3	3	-	3,8
São João do Ivaí	9.897	2	2	-	2,6
Rio Bom	3.162	2	2	-	2,6
Mauá da Serra	10.994	1	1	-	1,3
Cambira	7.967	1	1	-	1,3
Total		78	76	2	100,0

Fonte: Pesquisa Autores (2023).

A saturação é acompanhada do que podemos entender por descontrole dos mecanismos governamentais de autorização de oferta do ensino superior na modalidade. Nesse sentido, vejamos: a cidade de Apucarana que segundo o IBGE (2022) possui 137.438 habitantes oferta um total de 23 cursos, sendo 22 em diversas instituições na modalidade à distância e apenas 1 curso presencial em instituição privada. Ivaiporã que também segundo o IBGE (2022) possui 31.886 habitantes, possui a oferta de 15 cursos, sendo 14 em diversas instituições na modalidade à distância e apenas 1 curso presencial em instituição pública. Já a cidade de Faxinal com 17.379 habitantes (IBGE, 2022) possui a oferta de 9 cursos, todos na modalidade à distância.

Esse contexto reflete o entendimento de uma mercantilização educacional com vistas ao acesso ao ensino superior privado no Brasil. De acordo com Castro (2004), as políticas de governo fomentaram tal cenário ao destacarem no cenário da educação superior no país a EaD como meio de acesso ao conhecimento e de democratização do ensino com baixos custos.

Essa política de expansão vinculada aos setores privados de ensino superior vem ocorrendo continuamente desde o início dos anos 2000 e foi drasticamente acentuada nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2016). Dados do INEP (2010, 2017) indicam que em 2010, por exemplo, as matrículas em EaD representavam 14,6% do total de matrículas em cursos superiores de graduação, participação que cresceu, em 2017, para 21,2%, enquanto as matrículas presenciais, que representavam 85,4% do total de matrículas em 2010, em 2017 tiveram sua participação reduzida para 78,8% do total, o que indica clara tendência de alteração do perfil de ingresso por modalidade.

De modo mais eloquente, entre 2010 e 2017, as matrículas totais aumentaram em 29,9%, sendo que os cursos EaD aumentaram em 88,9% suas taxas brutas de ingresso

e os cursos presenciais em 19,8%, o que demonstra a velocidade com que a expansão da EaD ocorre no país (INEP, 2010, 2017). Dados atualizados no último censo da Educação Superior mostra que 41,4% de todas as matrículas no ensino superior estão concentradas no modelo à distância, sendo que na série histórica, a oferta de tais cursos cresceu 474% em uma década (BRASIL, 2022).

Essa expansão muitas vezes é acompanhada por disputas cada vez mais acirradas pela captação de alunos entre as instituições privadas o que reflete, em algumas situações, em processos administrativos impostos pelo INEP pelo não cumprimento de dispositivos legais da regulação perante as instituições ofertantes, como limite de vagas autorizado, tempo mínimo para integralização do curso e inadequação de carga horária da matriz curricular. Foi possível identificar na região que há polos EaD de instituições cujos cursos de graduação em Educação Física possuem medida cautelar impostas pelo MEC, ou seja, sanções por descumprimento de normativas legais da legislação da educação superior. Esse universo representa 17,9% do total, ou 14 polos de um total de 76 encontrados. Não foram encontradas medidas cautelares para os dois cursos presenciais da região.

A realidade encontrada na região do Vale do Ivaí não se traduz em caso isolado. Segundo Bielschowsky (2018), a Seed/MEC realizou levantamento sistemático entre 2007 e 2010 nas instituições de ensino superior que mais matriculavam alunos na modalidade à distância e verificou-se a direta correlação entre o elevado número de matrículas e elevados índices de denúncias por irregularidades. Observou-se que a expansão baseada na mercantilização da educação gera espólios processuais uma vez que a tendência de oferta de baixo custo educacional em grande parte é vinculada a uma má prestação de serviço.

De acordo com Antunes (2012), houve aumento significativo do setor privado em relação ao setor público no contexto da oferta de vagas no ensino superior, fato esse muito fortemente atrelado à influência estrangeira e capital internacional de algumas IES, com a atuação também de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI/BIRD), Banco Mundial (BM) e outros no delineamento de normas a respeito do financiamento e orientações para as políticas educacionais no âmbito do ensino superior brasileiro.

Assim, a busca cada vez maior pela captação do máximo de alunos possíveis pelos grandes conglomerados que operam no mercado do ensino à distância deixa de lado o principal elemento que deveria nortear a política de acesso ao ensino superior no país: a qualidade da formação. Conforme Bielschowsky (2018, p. 263) destaca, em alguns casos, os cursos superiores a distância oferecem um conteúdo superficial que não atende aos padrões de qualidade exigidos pelo ensino superior. O autor ainda relata casos de disciplinas em que o material impresso, que deveria contemplar 60 horas de aulas em um curso presencial, é reduzido a apenas 20 páginas com espaçamento duplo, sem nenhum complemento de conteúdo no ambiente virtual ou em outros materiais. Nesse cenário, a avaliação dos alunos é baseada somente nesse pequeno conteúdo o que levanta questionamentos sobre a efetividade desse tipo de ensino.

Nesse sentido a avaliação da qualidade com base no

indicador do ENADE, processo esse vinculado diretamente ao ciclo do SINAES, nos dá uma correta dimensão de tal variável no universo observado. Para Oliveira e Piconez (2017), o sistema de avaliação do ensino superior no Brasil, o SINAES, é tido como referência para outras nações, sendo um instrumento que pode servir como índice permanente e periódico para as observações gerais, em nível nacional, e um ponto importante da política pública da área.

De acordo com Cavalcanti, Guerra e Gomes (2021) o SINAES é considerado uma política pública e foi concebido para articular a avaliação formativa com os processos de regulação do ensino superior pelo Estado. Já Barcelos e Rodrigues (2017) afirmam que o SINAES altera, amplia e, efetivamente, constrói um inédito sistema de avaliação do Ensino Superior no país. Em um contexto mais pragmático, Griboski e Funghetto (2013) asseveram que uma das finalidades do SINAES é a orientação da expansão da oferta, que vem se caracterizando pela crescente ampliação de matrícula nas instituições de ensino superior, com destaque especial para as da iniciativa privada.

Assim, podemos verificar que a política do SINAES é compreendida por uma série de instrumentos que possibilitam ao gestor educacional e aos órgãos de controle do Estado uma observação panorâmica em relação a situação dos cursos e instituições de educação superior no país. Segundo o INEP (2021), o SINAES é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, e avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações.

É no contexto da avaliação do SINAES que um importante componente se faz presente: o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). O ENADE é uma avaliação realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes e dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências necessárias para o exercício da profissão. A importância do ENADE está relacionada com a sua capacidade de fornecer informações relevantes para a melhoria da qualidade do ensino superior no Brasil. Por meio do exame, é possível avaliar a qualidade dos cursos de graduação oferecidos pelas instituições de ensino superior e identificar pontos fortes e fracos dos cursos, a fim de que as instituições possam promover ajustes e melhorias em suas estratégias de ensino.

A Tabela 3 ilustra esse perfil e mostra que a média dos cursos de Bacharelado (2,28) e Licenciatura em Educação Física (2,08) na modalidade à distância na região posicionam os escores dos cursos em patamares considerados insatisfatórios pelo INEP nas avaliações realizadas, não havendo na região, nenhum curso ofertado na modalidade EaD que tenha obtido conceitos superiores (notas 4 e 5).

Os dados encontrados refletem uma posição que há anos vem indicando que o processo de expansão do ensino superior no país via mecanismos de “privatização indireta” não indicam, necessariamente, um continuum de crescimento quantitativo de oferta acompanhado por um crescimento qualitativo da formação. Essa posição é cor-

roborada por Alonso (2010), que aponta que os dados do Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE), que faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), também organizado pelo INEP, mostram que a expansão do ensino superior é acompanhada de índices de baixa qualidade do ensino.

Tabela 3. Nota ENADE dos cursos EaD ofertados na região do Vale do Ivaí, Paraná.

IES	Quantidade de Polos por cidade da região	Nota ENADE	
		Bacharelado	Licenciatura
UNINGÁ	17	3	1
UNICESUMAR	14	3	3
UNINTER	8	3	2
UNICSUL	6	-	2
UNICV	6	-	-
UNOPAR	5	2	2
UNIASSELVI	4	2	2
UNINA	4	-	2
UNIDONBOSCO	3	-	3
UNICID	2	-	2
UNIP	2	2	-
UNIFACVEST	1	-	2
UNIMES	1	1	2
UNIFATECIE	1	-	-
UEPG	1	-	2
UNILINS	1	-	-
	Média ENADE	2,28	2,08

Fonte: E-Mec (2023).

Pesquisa de Bielschowsky (2020, p. 267) confirma essa tendência quando observado os cursos EaD de forma geral. Segundo o autor o crescimento do setor foi gigantesco, porém acompanhado de baixa qualidade. Os 10 maiores conglomerados de ensino privado do país na modalidade EaD concentram 49,1% de todos os cursos com conceitos considerados “insuficientes” pelo INEP. Ainda segundo o autor grupos educacionais estão atraindo cada vez mais alunos de baixa renda, que almejam um diploma universitário, sem questionar a qualidade do ensino. Em face disso, as instituições menores se veem pressionadas a adotar medidas drásticas, como a redução dos custos, afetando negativamente a formação acadêmica dos estudantes. Devido à falta de intervenção do Estado, mudar a relação entre quantidade de matrículas e qualidade de ensino é uma tarefa praticamente impossível.

Já Nascimento (2022, p. 15) assevera que ao mesmo tempo em que há expansão dos cursos na perspectiva da democratização do ensino superior, também se torna crescente as tensões e inquietações a respeito da qualidade de tais cursos.

No contexto das instalações a precariedade é materializada quando observamos a infraestrutura para os cursos de Educação Física à distância na região do Vale do Ivaí. A partir das informações obtidas junto ao sistema E-Mec, procuramos encontrar informações/documentos nos polos EaD que pudessem trazer luz à compreensão da realidade de oferta dos cursos quando o foco é centrado nas práticas presenciais, tão caras aos cursos afetos à área da

saúde e dispostas também nesse modelo de formação.

Dos 76 cursos/polos EaD, foi possível obter dados de infraestrutura de 44 deles (56,4%), e a realidade não é nada animadora. Dadas as características de cada polo de educação à distância, um mesmo curso, de uma mesma instituição, mas de polos diferentes, podem ter características distintas no que tange à infraestrutura de suporte aos encontros presenciais. Os dados mostram que 90% não possuem laboratórios de formação básica para o curso, 79% não possuem laboratórios de formação específica, 86% não possuem quadras esportivas e 90% não possuem piscinas para atividades aquáticas.

É sabido pelas próprias IES que um mecanismo eficiente e permitido no processo de regulação do ensino superior para suprir tais lacunas de infraestrutura é a celebração de convênios com entidades/instituições parceiras para a utilização de tais espaços, contudo, esse é um instrumento pouco utilizado pelas mesmas como mostra a realidade da região disposta na Tabela 4, o que corrobora com a tese de ampliação do acesso ao ensino completamente desconectado do processo de formação de qualidade na área.

Tabela 4. Infraestrutura dos polos/cursos EaD na região do Vale do Ivaí, Paraná.

Característica	Lab. Formação Básica	Lab. Formação Específica	Quadra	Piscina
	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)
Sim	-	2 (4,5)	-	-
Não	40 (90,9)	35 (79,6)	38 (86,4)	40 (90,9)
Possui Convênio	3 (6,8)	6 (13,6)	5 (11,4)	3 (6,8)
Não Apresentou*	1 (2,3)	1 (2,3)	1 (2,3)	1 (2,3)
TOTAL	44 (100)	44 (100)	44 (100)	44 (100)

*Instituição informou existir infraestrutura, mas não apresentou documentação comprobatória.

Fonte: Pesquisa Autores (2023).

Para compreender a questão da infraestrutura na importância formativa do profissional de Educação Física consideramos como laboratório de formação básica aqueles vinculados às disciplinas correlatas à área de compreensão elementar do corpo humano e seu movimento. Para laboratórios de formação específica aqueles cuja finalidade seja o aperfeiçoamento de técnicas e procedimentos inerentes à atuação profissional. Já a inclusão da infraestrutura de quadra e piscina, apesar de poderem ser consideradas também como espaços de aperfeiçoamento de técnicas e procedimentos de atuação profissional, se deu mediante o entendimento de que esses são espaços plurais onde se materializam a aprendizagem e se consolidam elementos do movimento humano em suas mais diferentes perspectivas.

A questão que parece ser inexorável no contexto da formação superior em Educação Física é a imprescindível relação teoria e prática, sem a qual parece se tornar confusa e contraditória uma formação cuja centralidade seja focada no distanciamento sendo a prática profissional diretamente vinculada às vivências motoras e relações humanas.

Um dos pontos que divergem em relação ao curso de Educação Física a distância é que, para alguns estudiosos e, inclusive o Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, há a necessidade de vivenciar teoria e prática relaciona-

das aos aspectos eminentemente práticos, pelas vivências práticas dos/nos cursos de formação (NASCIMENTO, 2022, p. 16).

Segundo Furtado e Rios (2021), a relação teoria e prática se constitui como questão fundamental nos processos de formação profissional. Segundo os autores essa relação deve ser vista sob a perspectiva formativa que concebe a relação teoria prática não como dicotomia, mas como constitutivas de um mesmo processo de trabalho docente, portanto, expressas como *práxis*. O conhecimento científico associado a fruição da vivência motora, social, afetiva e cognitiva prática e experiencial na formação do profissional de Educação Física, traduz-se no eixo central de uma formação profissional condizente com sua natureza intrínseca.

Tal universo discursivo sobre a formação acadêmica de tais cursos se perde quando o mercado se torna o principal parâmetro para a oferta de um curso superior, sendo nesse caso, a educação considerada uma *commoditie* e o aluno um cliente. Segundo Bendrath (2008) a visão de uma educação como mercadoria não é nova e remonta às discussões em âmbito internacional por agências reguladoras, tais quais a Organização Mundial do Comércio (OMC) e Banco Mundial, universo esse de interesse e permeado de grandes conglomerados educacionais com recursos transnacionais que operam no país ofertando cursos de nível superior em larga escala.

As disputas por mercado na região levam a situações inusitadas de embate entre instituições, como a de oferta de um curso superior em Educação Física por R\$ 59,90 mensais, ou seja, aproximadamente US\$ 10,00, o que inviabiliza a equalização de custos/receitas quando observada a realidade necessária para a manutenção de estruturas mínimas para encontros presenciais e suporte de tutoria com qualificação adequada na área (Tabela 5).

Gasparini (2016) afirma que as instituições privadas de ensino com fins lucrativos consideram o marketing como um fator crucial para a sobrevivência no mercado educacional brasileiro. Essas instituições costumam utilizar campanhas publicitárias que destacam valores baixos e são direcionadas a uma parcela da população brasileira que ainda não tem acesso à educação superior. No entanto, esse tipo de abordagem pode gerar uma interpretação equivocada da universalização do ensino superior, já que a oferta de ensino público presencial tenderia a ser reservada para os mais privilegiados, enquanto os mais pobres seriam atraídos para a modalidade privada e a distância.

Tabela 5. Valor das mensalidades dos cursos de Educação Física nas instituições privadas pertencentes a região do Vale do Ivaí, Paraná.

Custo Mensal	Valor/Aluno
Mínimo	R\$ 59,90
Máximo	R\$ 579,00
Média	R\$ 358,74

Fonte: Pesquisa Autores (2023)

Assim, o cenário para a formação em Educação Física na região indica uma relação de disputas mercantis entre instituições que caminha no sentido de exigir um maior acompanhamento pelos órgãos de controle do Estado.

O papel dos órgãos de controle nesse sentido se torna essencial para assegurar que os interesses sociais se sobressaiam em relação aos interesses econômicos de tais agentes que atuam nesse nicho, papel esse que, nesse momento, não se vislumbra nos dados encontrados.

CONCLUSÃO

A política de expansão do ensino superior no país também se faz presente quando a Educação Física é o foco. Essa realidade é observada quando analisamos os dados de oferta dessa formação na região do Vale do Ivaí que indicam uma clara saturação e concentração de oferta nas principais cidades e com predomínio de grandes grupos educacionais privados, sendo os cursos presenciais limitados a apenas duas instituições em cidades distintas, sendo desses, apenas um de natureza pública.

Considerando os dados encontrados, e adequando ao contexto de análise de situação, podemos observar que a graduação em Educação Física na região do Vale do Ivaí vem sendo tratada como uma formação em sua essência à distância. Na análise identificamos como pontos fortes a existência de uma demanda reprimida de formação na área, com as ofertas de licenciatura e bacharelado em Educação Física coexistindo sem predominância de uma frente a outra. Como pontos fracos, a ausência de infraestrutura adequada para as atividades presenciais dos cursos EaD se materializou como uma realidade, e os indicadores da avaliação do ENADE indicam conceitos em sua essência insatisfatórios em relação à formação recebida pelo aluno egresso de tais cursos.

Chamamos a atenção para os resultados da pesquisa, que apesar das limitações do estudo, podem contribuir para uma discussão mais abrangente no que concerne a estabelecer a qual tipo de expansão do ensino superior na área da Educação Física queremos enquanto sociedade. Uma expansão de vagas desconectada de uma qualidade de oferta, ou uma expansão controlada com parâmetros claros quanto às exigências de oferta educativa? Essa é uma discussão que não deve permanecer apenas no senso comum do discurso da democratização do acesso.

CONFLITO DE INTERESSE

Os autores do estudo declaram não haver conflito de interesses.

FINANCIAMENTO

Este estudo contou com apoio financeiro da Fundação Araucária.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, K. M. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. *Educação & Sociedade*, v. 31, p. 1319-35, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400014>
- ANTUNES, N. S. *Expansão da educação superior: o contexto dos cursos de educação física no Brasil*. 2012. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <http://guaiaa.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4947>
- BARCELOS, M.; RODRIGUES, M. S. Concepções de política pública e práticas discursivas: uma análise sobre as políticas para a Educação Superior nos Governos Lula (2003-2010). *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 25, n. 123, p. 1-26, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.25.2908>
- BARROS, A. S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. *Educação & Sociedade*, v. 36, n. 131, p. 361-90, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201596208>
- BENDRATH, E. A. Políticas de formação superior em educação física EAD no Brasil: discussões preliminares. *Educação Física em Revista*, v. 8, n. 1, p. 44-53, 2014. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/efr/article/view/3605>
- BENDRATH, E. A. A educação como commodity: a política de organismos internacionais. *Colloquium Humanarum*, v. 1, n. 5, p. 41-52, 2008. DOI: <https://10.5747/ch.2008.v05.n1.h049>
- BIELSCHOWSKY, C. E. Qualidade na educação superior à distância no Brasil: onde estamos, para onde vamos? *EaD em FOCO*, v. 8, n. 1, p. 1-26, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v8i1.709>
- BIELSCHOWSKY, C. E. Tendências de precarização do ensino superior privado no Brasil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 36, n. 1, p. 241-71, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol36n12020.99946>
- BRASIL. Ministério da Educação. Censo da Educação Superior. *Ensino à distância cresce 474% em uma década*. Brasília. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a-distancia-cresce-474-em-uma-decada> Acesso em: 13/03/2023.
- BROCH, C.; TEIXEIRA, F. C.; SOUZA, J.; RINALDI, I. P. A expansão da educação física no ensino superior brasileiro. *Journal of Physical Education*, v. 31, p. 2-10, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v31i1.3143>
- CASTRO, A. M. D. A. Educação a distância e formação de professores: limites e possibilidades. In: CABRAL NETO, A. (Org.). *Política educacional: desafio e tendências*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 97-124.
- CAVALCANTI, L. M. R.; GUERRA, M. G. V.; GOMES, C. S. F. Avaliação de cursos do ensino superior no Brasil: o Sinaes na sua relação com a qualidade. *ECCOS*, n. 56, p. 1-20, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n56.13437>
- E-MEC. Ministério da Educação. *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior*. Cadastro e-MEC. Brasília. 2023. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/> Acesso em: 30/03/2023.
- FIALHO, S. H.; BARROS, M. J. F.; RANGEL, M. T. R. Desafios da regulação da EAD no ensino superior no Brasil: estrutura, diálogo e autonomia institucional. *Gestão & Planejamento*, v. 20, p. 110-25, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21714/2178-8030gep.v.20.5706>
- FURTADO, R. P.; RIOS, G. B. Diretrizes Curriculares nacionais de educação física: resistências necessárias e possíveis. *Revista Fluminense de Educação Física*, v. 1, n. 1, Edição Especial, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/edfísica-fluminense/article/view/51422>
- GASPARIN, A. V. F. *Comunicação e marketing na educação superior: uma análise dos conteúdos comunicacionais online de instituições de ensino privadas*. 2016. 156f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2016. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1549/2/Amanda%20Vieira%20Ferrari%20Gasparin.pdf>
- GEREZ, A. G.; BRACHT, V. As faces da precariedade do trabalho docente e as estratégias de ação de professores de educação física atuante no ensino superior privado mercantil. *Motrivivência*, v. 31, n. 60, p. 1-23, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e61672>
- GRIBOSKI, C. M.; FUNGHETTO, S. S. O Sinaes e a qualidade da educação. *Revista Retratos da Escola*, v. 7, n. 12, p. 49-63, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v7i12.259>
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Previa do Censo brasileiro*. 2022. Disponível em: <https://ibge.gov.br/> Acesso em: 12/11/2022.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior*. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9332-texto-divulgacao-censo-2010-novo-pdf&category_slug=novembro-2011-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 30/03/2023.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Instrumento de avaliação para autorização de cursos de graduação*. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia96734370/12777-referenciais-de-qualidade-para-ead> Acesso em: 15/01/2023.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior)*. 2021. Disponível em: <http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/presente/sinaes/125> Acesso em: 07/04/2021.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos Municipais**. Paraná. 2023. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais> Acesso em: 28/04/2023.

JARVIS, D. S. L. Regulating higher education: Quality assurance and neo-liberal managerialism in higher education - a critical introduction. *Policy and Society*, v. 33, n. 3, p. 133-66, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pol-soc.2014.09.005>

NASCIMENTO, F. S. **Formação de professores de educação física: as multifacetadas da educação a distância - Ead na formação docente**. 2022. 172f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/13372>

NIELSEN, D. H. Quality assessment and quality assurance in distance teacher education. *Distance Education*, v. 18, p. 284-317, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1080/0158791970180207>

OLIVEIRA, E. T.; PICONEZ, S. C. B. Avaliação da educação superior nas mo-

dalidades presencial e a distância: análises com base no Conceito Preliminar de Curso (CPC). *Avaliação*, v. 22, n. 3, p. 833-51, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000300014>

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. *Póesis Pedagógica*, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v8i2.14035>

E-MAIL DOS AUTORES

João Pedro Ribeiro Demarco

✉ ra119164@uem.br

Eduard Angelo Bendrath (Autor Correspondente)

✉ bendrath@gmail.com